

**AS RELAÇÕES SOCIAIS E O MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA  
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO**

**GIORGIA REDWITZ ARABE**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

**MARTA FABIANO SAMBIASE**

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (MACKENZIE)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradeço à CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Universidade Presbiteriana Mackenzie por fornecerem apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

# AS RELAÇÕES SOCIAIS E O MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

## INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo vírus covid-19 direcionou a atenção da população para questões atreladas à segurança alimentar (CUMMIN, 2020). Segundo enquete realizada em setembro de 2020 pela Organiza Associação de Promoção dos Orgânicos, em torno de 50% dos entrevistados aumentaram o consumo de alimentos orgânicos (ORGANIS, 2021). Destaca-se que a produção brasileira de alimentos orgânicos aumentou 30% em 2020 (MAPA, 2021). Esse aumento ocorreu, principalmente, pela demanda interna e externa e políticas de incentivo (IPEA, 2020). Na busca de segurança alimentar, consumidores adotaram práticas de compras pelos circuitos curtos de comercialização, usando internet além da interação presencial (SEBRAE, 2020a). Estes circuitos são caracterizados pelo contato direto entre produtor e consumidor, onde se forma uma relação de confiança (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Mesmo com a crescente valorização dos alimentos orgânicos (CRUZ; SCHENEIDER, 2010), institucionalização e incentivos governamentais para a produção destes alimentos, a comercialização e distribuição desses produtos enfrentam desafios (BUAINAIN; BATALHA, 2007). Com um ambiente caracterizado por pequenos e médios agricultores familiares, alimentos de época e de mesa, perecíveis e de baixo valor agregado, surgem configurações alternativas de distribuição direta. Trata-se da busca de uma melhor captação de valor por parte dos agricultores. Nestas novas configurações, as relações são estabelecidas a partir de valores compartilhados, como é o caso da cadeia de suprimentos baseada em valor (VBSC - *Values Based Supply Chains*) (HOOKS et al., 2017). Esses princípios podem ser evidenciados por elementos como a confiança, lealdade, cooperação e comprometimento, que também são encontrados nas relações da Teoria da Troca Social (SET-*Social Exchange Theory*) (CROPANZANO; MICTHELL, 2005) que por sua vez, foi utilizada neste estudo como lente teórica para o entendimento das relações entre os agentes da cadeia de valor de alimentos orgânicos da Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL).

Seguindo na perspectiva da economia sociológica, o mercado é criado pelas interações entre os indivíduos de uma rede (GRANOVETTER, 1985) que realizam trocas sociais, geram obrigações futuras, gerando vínculos de reciprocidade e benefícios à medida que a relação se consolida ao longo do tempo (BLAU, 2017, CROPANZANO; MITCHEL, 2005).

Existem oportunidades comerciais para a expansão do mercado de alimentos orgânicos brasileiro interno e externo, porém, precisam ser considerados três elementos essenciais: “(i) a estrutura da rede e as relações verticais e horizontais na cadeia; (ii) a agregação de valor; e (iii) a governança e os arranjos organizacionais entre os agentes da cadeia” (TRIENEKENS, 2011, p. 76). Neste sentido, princípios compartilhados nas relações dos agricultores de alimentos orgânicos da AAZL podem contribuir com a expansão desse mercado em termos de oferta e variedade, destacando a necessidade de sinergia entre os agentes da cadeia para obtenção de ganhos obtidos através das trocas sociais.

## Problema de Pesquisa e Objetivo

Com base no cenário apresentado nesta Introdução, que envolve o potencial das estruturas relacionais, as interações entre os agentes da cadeia de alimentos orgânicos da AAZL, e a evolução deste mercado por meio dos elementos fundamentais de uma cadeia baseada em valor (VBSC), coloca-se a seguinte questão de pesquisa: como as interações sociais influenciam

o mercado de alimentos orgânicos da Associação de Agricultores da Zona Leste de São Paulo por meio de uma cadeia baseada em valor?

Segundo os pressupostos da SET e da noção de mercados pela perspectiva sociológica, contínuas interações entre os agentes criam oportunidades de compra e venda. A caracterização destas relações pode ser orientada para a confiança e cooperação de forma que todos os pontos da cadeia sejam valorizados, acarretando ganhos mais bem distribuídos entre os agentes, principalmente para o produtor que tende a lidar com mais limites nos mecanismos de mercado em uma cadeia de valor tradicional. Tais argumentos inspiram o objetivo desta pesquisa que é identificar a relação entre as interações sociais dos agentes da cadeia de alimentos orgânicos da Associação de Agricultores da Zona Leste de São Paulo e a dinâmica deste mercado sob a perspectiva de uma cadeia baseada em valor.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação teórica tem por objetivo apresentar a literatura que elucida os conceitos e características do contexto de alimentos orgânicos na cidade de São Paulo, dinâmica sociológica de mercado, cadeia de valor de alimentos orgânicos, VBSC e a teoria das trocas sociais a partir de uma abordagem relacional.

### **Dinâmicas da Agricultura Orgânica e da Agricultura Urbana**

A lei dos orgânicos (Lei nº 10.831/2003) considera como sistema orgânico de produção agropecuária “todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis” (BRASIL, 2003, não paginado).

No Brasil, a agricultura familiar produz em torno de 70% dos alimentos que são consumidos pela população e está sendo apontada como a principal produtora de alimentos orgânicos (BOAS PRÁTICAS, 2019). Na agricultura familiar a gestão da propriedade é feita pela família e a renda principal é originada da produção (MAPA, 2019 a).

Os agricultores classificados como familiares podem participar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que disponibiliza financiamento a juros menores para o pequeno agricultor. O documento que reconhece se a propriedade se enquadra como agricultura familiar é chamado de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitido pelo governo ou por instituições autorizados pelo mesmo (EMBRAPA, 2014).

O governo federal tem um papel fundamental no fomento e desenvolvimento da agricultura orgânica e familiar, principalmente no âmbito da criação de programas institucionais (LAMINE; MARÉCHAL; DAROLT, 2016). Estes programas também auxiliam no escoamento e valorização da produção orgânica no Brasil que advém da agricultura familiar (IPEACRES, 2020). Neste cenário, dois programas ganham destaque: PNAE e PAA. O PNAE é o Programa Nacional de Alimentação Escolar que tem como a principal finalidade oferecer alimentação e informação para os estudantes da educação básica pública brasileira (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2020). E o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que possibilita a compra de alimentos dos agricultores familiares sem a necessidade de licitação (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2020).

Para participar destes programas, os agricultores precisam se enquadrar em um dos três meios de controle de conformidade orgânica: certificação por Auditoria (Certificadoras), Sistemas Participativos de Garantia (SPG) e o Controle Social da Venda Direta (MAPA, 2020b). No caso da Certificação por Auditoria, o agricultor deve estabelecer um acordo comercial com uma certificadora. Já o Sistema Participativo de Garantia (SPG), é formado por diversos agentes da cadeia produtiva, que constituem grupos de trabalho alicerçados pela

confiança, transparência e responsabilidade de todos os envolvidos (ANGEOLETTO; DIONISIO, 2012). E o último é uma exceção concebida aos agricultores familiares pela legislação brasileira relacionada à não obrigatoriedade de certificação orgânica, chamada de Controle Social de Venda Direta (MAPA, 2019e). Existe apenas a exigência desses agricultores estarem credenciados em um Organismo de Controle Social (OCS) que pode ser constituída por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares (2019e).

A transição agroecológica é um movimento que tem buscado beneficiar agricultores familiares para venda de produtos com maior valor agregado, principalmente localizados em torno de centros urbanos. A agricultura urbana AU é praticada na cidade ou em seu entorno, como atividade para a subsistência dos agricultores e geração de renda, através da comercialização de alimentos frescos (FAO2, 1999).

Para efeito deste estudo, foi utilizado o conceito de AU proposto por Mougeot (2000 p.10): “é uma indústria localizada dentro (intraurbano) ou na periferia (periurbano) de uma cidade, que cresce, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares”. No município de São Paulo, a AU é uma realidade, uma vez que, em torno de um terço da área total do município é considerada rural, com unidades produtivas nas zonas sul, leste e norte. Os agricultores dessas unidades produtivas são classificados na sua maioria como familiares, a produção é realizada em pequenas áreas, através do manejo orgânico ou em transição, que contemplam hortaliças, legumes, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e outros (SAMPA+RURAL, 2021).

### **Comercialização de Circuitos Curtos e Cadeia de Valor**

Neste contexto há uma tendência da prática de Comercialização de Circuitos Curtos (CCC), por meio da oferta de alimentos em feiras, cestas, comercialização na propriedade do agricultor, alimentação escolar dos programas do governo, entre outras (LAMINE; DAROLT; BRANDENBURG, 2012). Uma característica da CCC é a existência de relações próximas entre produtor e consumidor, possibilitando que as informações sejam compartilhadas pessoalmente no momento da compra ou na embalagem (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Tais interações ocorrem no âmbito da cadeia de valor de alimentos orgânicos, que pode ser caracterizada como um sistema aberto de interações entre os agentes e seus meios. Esta cadeia, como todas as outras, tem dinamismo próprio, inclusive na forma de relacionamento entre os agentes (ROESSING, 2002).

Ormond et al. (2002) apontam para as funções principais de cadeia alimentar: produção de insumos, produção agropecuária, processamento primário, secundário, distribuição, consumo e certificação. A diferença entre uma cadeia de valor de alimentos tradicional e a de orgânicos está na presença da certificação e a ausência do elo atacadista entre a produção e o próximo agente (ORMOND et al., 2002). Ao longo dos últimos anos, novos modelos de cadeia de valor foram criados como alternativas ao modelo caracterizado pela participação de inúmeros agentes, impossibilitando o contato direto entre o produtor e o consumidor (RENTING et al. 2003). Um deles é a cadeia baseada em valor (*Values Based Supply Chains – VBSC*), constituída por agentes que compartilham valores (HARDESTY et al., 2014) e “adotam um modelo ético de negócios, que significa suporte mútuo e recompensa mútua” (HOOKS et al., 2017, p. 267). As relações na VBSC são de longo prazo e primam pelo bem-estar de todos (STEVENSON; PIROG, 2008). Todos os agentes da VBSC são vistos como agentes colaboradores estratégicos (STEVENSON et al., 2011). A base da VBSC é formada por relações que envolvem transparência, ética, propósito, equidade de poder, confiança e comunicação aberta. Corroborando com isso, Stevenson e Pirog (2008), enfatizam que todos os agentes da cadeia trabalham em conjunto para a “criação de valor”, que vai além do monetário.

Assim, para melhor cumprir o objetivo deste trabalho, optou-se por uma abordagem sociológica de mercados bem como a Teoria das Trocas Sociais.

### **Visão Sociológica de Mercado e Teoria das Trocas Sociais (*Social Exchange Theory*)**

A sociologia econômica realiza estudos para explicar a dinâmica mercadológica através da estrutura social e suas interações. Destaque para a proposta de imersão (*embeddedness*) utilizada por Granovetter (2007, não paginado), que argumenta que: “os comportamentos e as instituições são tão compelidos pelas contínuas relações sociais que interpretá-los como sendo elementos independentes representa um grave mal-entendido”. Se para Granovetter (1985) o mercado não pode simplesmente ser visto como algo atrelado à oferta e procura de bens e serviços, os economistas clássicos e neoclássicos partem do princípio da racionalidade comportamental dos indivíduos, baseados nos interesses pessoais, em que as relações sociais têm impacto quase nulo nos comportamentos (RAUD-MATTEDI, 2005). Com base nisso, é feita uma associação do termo “mercado” com situações de disputa entre vendedores para conquistar os consumidores. Pela ótica de Jackson (2007, p. 238), os mercados devem ser “combinados com procedimentos não mercantis (planejamento, distribuição informal etc.) e devem variar em sua competitividade e outras características”. Sendo assim, os mercados não podem ser vistos como iguais, pois, mesmo que tenham características similares, existem diferenças, que vão desde a variação do que é negociado até os relacionamentos com vínculos pessoais – que devido à natureza desses vínculos são correspondentes a determinados indivíduos e situações (JACKSON, 2007).

A *Social Exchange Theory* (SET) está atrelada às ações que criam obrigações futuras por parte dos indivíduos que se relacionam, acarretando vínculos de reciprocidade no sentido de benefícios à medida em que a relação vai se consolidando ao longo do tempo (BLAU, 2017; CROPANZANO; MITCHEL, 2005). Homans (1961) afirma que se os benefícios não forem retribuídos à medida que a relação for evoluindo, pode ocorrer o rompimento da relação. Sendo assim, o efeito da reciprocidade pode levar os indivíduos a colaborarem uns com os outros em prol de algo comum (FU et al., 2017).

O conceito de troca social para Homans (1961, p. 13) é: “a troca de atividade, tangível ou intangível, e mais ou menos gratificante ou caro, entre pelo menos duas pessoas”. Com base no exposto, as trocas sociais voluntárias podem ser explicadas a partir dos comportamentos de indivíduos que se relacionam (HOMANS, 1961; BLAU, 2017). As interações, satisfatórias ou não, proporcionam a chance do aparecimento de comportamentos frente a estímulos ou sentimentos que impactam o outro de forma positiva ou negativa (THIBAUT; KELLEY, 2017).

Nas relações, os indivíduos adotam comportamentos de dependência, interdependência e, por fim, comportamentos de independência (BLAU, 2017).

Existem situações em que as trocas sociais diretas acontecem com transações monetárias entre os indivíduos, são as chamadas trocas negociáveis. A outra classificação das trocas sociais diretas envolve as trocas recíprocas, isto é, trocas que partem da ação de um indivíduo frente à incerteza, pois ele não sabe quando receberá algo em troca do outro indivíduo (MOLM *et al.*, 2000). A reciprocidade de um indivíduo para com o outro, pode ser expressa através de comportamentos bons ou ruins (CROPANZANO *et al.*, 2017). Os indivíduos tendem a se comprometerem com os outros indivíduos a partir de uma sequência de bons processos de reciprocidade (CROPANZANO *et al.*, 2017). Frente a isso, Carneiro (2019) afirma que a reciprocidade é vista como elemento das trocas sociais a partir da premissa da recompensa entre os indivíduos ao longo do tempo. As condições de incerteza e de risco fazem parte da dinâmica relacional e, em resposta a isso, surgem nas trocas sociais fenômenos emergentes como a confiança e o comprometimento, que possuem uma ligação próxima (MOLM *et al.*, 2000). A confiança para Ermisch *et al.* (2009) é tratada como um elemento chave das transações entre os

indivíduos. Molm et al. (2000) define confiança como a expectativa de que um indivíduo envolvido em uma relação de troca apresente um comportamento genuíno e boas intenções para com o outro indivíduo em um cenário de incerteza e risco. Além disso, para que ocorra o desenvolvimento da confiança e comprometimento existe a necessidade da existência da condição de risco. No caso, o comprometimento é o meio utilizado para reduzir a incerteza nos dois tipos de trocas sociais, com e sem envolvimento monetário. O comprometimento está baseado no emprego de esforços extremos por cada indivíduo na relação por um tempo indefinido (CARNEIRO, 2019).

Fu et al. (2017) afirmam que níveis altos de confiança podem promover a cooperação entre os indivíduos e isso é benéfico para a relação. O papel principal da cooperação é o de moldar as relações com a gestão de uso controlado de poder, promover a troca de informações, flexibilidade e resolução compartilhada de problemas (SAMBIASE LOMBARDI, 2009). As relações entre os indivíduos que possuem como base o bem-estar, sucesso coletivo e honestidade, a partir do cumprimento de acordos realizados que respeitam os direitos dos indivíduos tem como resultado a confiança (CARNEIRO, 2019). Na maior parte das vezes os comportamentos individuais são influenciados pela estrutura de poder, que é vista nas trocas sociais como a dependência de um indivíduo para com o outro, onde cada um ocupa uma posição (EMERSON, 1978) e essa dinâmica pode afetar a confiança e o comprometimento.

## **METODOLOGIA**

A abordagem desta pesquisa é exploratória com método qualitativo (MERRIAM, 2002). O ambiente de pesquisa é a AAZL, cuja OCS foi criada em 2017 para obtenção de certificação orgânica aos alimentos produzidos pelos agricultores. Este registro assegura o direito da comercialização dos alimentos enquanto orgânico, no entanto, a AAZL estava sem validação no momento da coleta de dados por questões administrativas. Os sujeitos de pesquisa são os agentes da cadeia de alimentos orgânicos da AAZL, do fornecedor de insumo até o consumidor, e a unidade de análise são as relações entre os sujeitos de pesquisa.

### **Instrumento de coleta de dados**

A coleta de dados foi baseada em entrevistas semiestruturadas e análise de documentos (MERRIAM, 2002). Para orientar o roteiro de entrevistas, partiu-se de duas escalas validadas baseadas no Comprometimento, Confiança, Reciprocidade (CARNEIRO, 2019) e Cooperação (SAMBIASE LOMBARDI, 2009). Também foi adotado o método EGONET (ALEXANDER, 2009) que sugere a elaboração de perguntas que estimulem os entrevistados a fornecerem informações sobre as suas redes sociais. Os entrevistados foram sendo identificados conforme o andamento das entrevistas e as relações entre os agentes ficavam mais claras. Essas informações foram validadas com a análise de documentos impressos, diretrizes de políticas públicas do MAPA, sites, redes sociais e eventos.

Para a elaboração do roteiro de entrevistas, o pesquisador utilizou uma planilha do Excel, onde foram inseridas as seguintes informações: questão de pesquisa, objetivo geral e os conceitos chaves dos construtos e das escalas. Na sequência, as perguntas foram elaboradas, visando a obtenção de informações sobre os parceiros comerciais da cadeia, tipos de relações entre o entrevistado e parceiros, se existia ou não algo em comum entre eles, como as situações difíceis ou inesperadas (pandemia pelo vírus Covid-19) eram tratadas e assim por diante.

Foram entrevistados 13 indivíduos, sendo 1 de forma presencial e os demais de forma remota. No Quadro 1 é apresentada a lista dos entrevistados, posição na cadeia de valor de alimentos orgânicos da AAZL e o código criado para representar cada entrevistado na apresentação e análise dos resultados.

**Quadro 1:** Entrevistados e suas posições na Cadeia de Alimentos Orgânicos da AAZL

| Entrevistados   | Posição na cadeia de alimentos orgânicos   | Código |
|---|--|--------|
| Produtor associado da AAZL que planta em um dos terrenos da Subprefeitura de Guaianases. OCS da AAZL. | Produtor de Alimentos Orgânicos.   | E3     |
| Produtor associado da AAZL que planta em um dos terrenos da ENEL. OCS da AAZL.                        | Produtor de Alimentos Orgânicos.   | E4     |
| Dirigente do corpo diretivo da AAZL.  | Parceiro institucional - atividades de apoio   | E10    |
| Dirigente do corpo diretivo da AAZL.  | Parceiro institucional - atividades de apoio   | E1     |
| Membro do Centro de Recuperação e Educação Nutricional SP   | Comprador de produtor associado da AAZL. Também se enquadra como distribuidor.   | E5     |
| Membro do SESC/SP/Unidade: Itaquera.  | Parceiro institucional - atividades de apoio   | E7     |
| Membro do Corpo Diretivo do Instituto Feira Livre Institutofeiralivre.org                             | Comprador de produtor associado da AAZL. Também se enquadra como distribuidor.   | E11    |
| Membro do corpo diretivo do COMUSAN (Conselho Municipal de Segurança Alimentar).                      | Parceiro institucional - atividades de apoio   | E8     |
| Membro da ENEL Distribuição São Paulo.  | Parceiro institucional - atividades de apoio: É proprietária dos terrenos conhecidos como linhões na ZL. Também atua como fornecer de insumos. | E9     |
| Membro do Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade Federal do ABC – UFABC.                        | Parceiro institucional - atividades de apoio   | E6     |
| Membro do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de São Paulo.                                | Parceiro institucional - atividades de apoio: oferece assistência técnica para os produtores; também fornece insumos.                          | E2     |
| Consumidor de alimentos orgânicos produzidos pelos produtores da associação AAZL.                     | Consumidor   | E12    |
| Consumidor de alimentos orgânicos produzidos pelos produtores da associação AAZL.                     | Consumidor   | E13    |

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

## **Análise de dados**

Para a análise de dados foi utilizada a combinação de duas técnicas de análise qualitativa, uma baseada em redes sociais e outra no conteúdo. A análise qualitativa de redes sociais utilizada foi a “*EGONET*” que possibilitou o mapeamento das relações a partir dos “egos”, no caso, os entrevistados (ALEXANDER, 2009). Para a análise das entrevistas foi utilizado Bardin (2011), pelo fato do pesquisador utilizar categorias pré-determinadas de escalas já validadas em outros estudos. A partir das dimensões dessas escalas, foram elaboradas categorias de análise que posteriormente foram codificadas para contagem de suas aparições nas análises das entrevistas.

Devido à pandemia pelo vírus Covid-19, a interação com o campo foi limitada, por isso, optou-se pelas escalas quantitativas já validadas. Nessa etapa da pesquisa, foram seguidas as ações sugeridas por Bardin (2011): pré análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré análise o material foi selecionado, na exploração do material realizou-se o recorte da unidade de registro, no caso, o relato dos entrevistados sobre as relações. Como

partiu-se de categorias pré-determinadas das escalas validadas, seus códigos foram inseridos a partir dos relatos transcritos. E, por fim, foi realizado o tratamento dos resultados, interpretação e inferência (BARDIN, 2011). Baseando-se nas escalas e dimensões dos constructos de cooperação, confiança, reciprocidade e comprometimento, as relações percebidas pelos sujeitos de pesquisa puderam ser classificadas de maneira favorável e não favorável. Por exemplo, o item “comprometimento em parceria de negócios” pode ser usado de maneira positiva ou negativa, com os códigos COM\_PAR ou COM\_PAR NÃO.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os agentes e os elos da cadeia de alimentos orgânicos da AAZL foram identificados utilizando o esquema proposto originalmente por Buainain e Batalha (2007), de uma cadeia de alimentos orgânicos que engloba fornecedores, produtores, distribuidores autônomos/compradores, consumidores e atividades de apoio, realizadas pelas instituições de apoio.

Na sequência, com os dados obtidos nas entrevistas, as relações foram identificadas. O Quadro 2 apresenta a matriz amostral da rede social, criada para ilustrar as conexões existentes entre os entrevistados, baseada nos autores Wasserman e Faust (1994, p. 147). A primeira coluna da matriz representa os entrevistados e as demais colunas sinalizam se existe ou não relação com os demais entrevistados. Para indicar as relações entre estes indivíduos, foi criada uma legenda onde (1=existe relação, 0=não existe relação e () informação não coletada).

**Quadro 2:** Matriz amostral da rede social

| Ego | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 | E9 | E10 | E11 | E12 | E13 |
|-----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|
| E1  | x  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1   | 1   | 0   | 1   |
| E2  | 1  | x  | 1  | 1  | 0  | 0  | 1  | 0  | 1  | 1   | 0   | 0   | 0   |
| E3  | 1  | 1  | x  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1   | 0   | 0   | 0   |
| E4  | 1  | 1  | 1  | x  | 1  | 1  | 1  | 1  | 0  | 1   | 0   | 0   | 0   |
| E5  | 1  | 0  | 1  | 1  | x  | 0  | 0  | 1  | 0  | 1   | 0   | 0   | 0   |
| E6  | 1  | 0  | 1  | 1  | 0  | x  | 0  | 0  | 0  | 1   | 0   | 0   | 0   |
| E7  | 1  | 0  | 1  | 1  | 0  | 0  | x  | 0  | 0  | 1   | 0   | 0   | 0   |
| E8  | 1  | 0  | 1  | 1  | 1  | 0  | 0  | x  | 0  | 1   | 1   | 0   | 0   |
| E9  | 1  | 1  | 1  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | x  | 1   | 0   | 0   | 0   |
| E10 | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | 1  | x   | 0   | 0   | 0   |
| E11 | 1  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 1  | 0  | 0   | x   | 1   | 1   |
| E12 | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0   | 1   | x   | 0   |
| E13 | 1  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0  | 0   | 1   | 0   | x   |

Fonte: elaborado pelos autores (2021) baseado nos autores Wasserman e Faust (1994, p. 147).

De acordo com a matriz do Quadro 2, os entrevistados da cadeia de valor de alimentos orgânicos da AAZL, no caso, vista como rede social, possuem relação com no mínimo um outro entrevistado. Alguns entrevistados apresentam um número maior de relações que outros. Sendo que, de acordo com (KNOKE; YANG, 2019), não existe a necessidade de todos os indivíduos terem relações diretas com os demais, ou seja, podem existir estruturas intermediárias para fazer as devidas conexões. A maior incidência dos entrevistados é do tipo “instituições de apoio”, onde 7 entrevistados possuem relações com este agente por interesses profissionais.

No caso, a estrutura social se torna complexa, sem a determinação clara de agentes responsáveis; isto pode gerar um alto volume de “instituições de apoio”, que atuam quando é possível, e quando não, a ação fica sem ser realizada. A ausência de certificação orgânica que os agricultores estão passando no momento pode ser um exemplo. De quem é a responsabilidade? A OCS apoia, a AAZL apoia, outro voluntário apoia, e o agricultor perde a legitimidade de conformidade orgânica. Ter tarefas baseadas em “favor” é um risco para os agentes sociais dependentes da realização de atividades que envolvem as instituições de apoio. Esse é um ponto que torna a agricultura urbana da região estudada, vulnerável. A oscilação de

fornecimento de alimentos com confiabilidade da modalidade orgânica é bastante prejudicial para os agricultores e consumidores, que podem perder a confiança nesta cadeia de alimentos.

Outro exemplo é que a maior parte dos agricultores não são proprietários dos terrenos onde encontram-se as plantações, ou seja, não existe uma segurança com relação a permanência dos agricultores nestas áreas. Atualmente existem agricultores sem contrato assinado com uma instituição de apoio, proprietária do terreno. De uma hora para a outra, pode acontecer dessa instituição solicitar a desocupação das áreas por diversas razões. Frente a isso, as plantações deixam de existir, os agricultores ficam sem um local para plantar e os consumidores passam a não ter a oferta do alimento orgânico, e de quem é a responsabilidade. Por fim, fica evidenciada a boa vontade de funcionários de instituições de apoio, em ajudar os agricultores, porém, suas atuações são limitadas e isso os desestimula, afetando o mercado como um todo.

Seguindo as etapas do estudo, foram identificadas em 376 falas dos entrevistados, relações com os demais entrevistados, sendo que, estas relações foram classificadas de maneira favorável e não favorável, baseando-se nas escalas e dimensões dos constructos de cooperação, confiança, reciprocidade e comprometimento. A título de esclarecimento, o Quadro 3 apresenta a macro categoria “Cooperação”, o primeiro nível de subcategoria representa as dimensões dos constructos e o segundo nível de subcategorias foi baseado no item da escala informada.

**Quadro 1:** Quadro macro categorias, subcategorias nível 1 e 2 de Cooperação

| Macro categoria (Escala) | Subcategoria 1 (Dimensões)           | Subcategoria 2 (Itens)  | Código Sub 2 |
|--------------------------|--------------------------------------|---|--------------|
| Cooperação               | Flexibilidade                        | Revisão de contratos (frente a situações inesperadas)                 | C_REV        |
|                          | Flexibilidade                        | Renegociar condições de fornecimento (frente a situações inesperadas) | C_REN        |
|                          | Flexibilidade                        | Preços renegociação como característica                               | C_PRE        |
|                          | Flexibilidade                        | Disponibilidade para alteração de rotina                              | C_DIS        |
|                          | Troca de informação                  | Compartilhamento de informação  | C_COM        |
|                          | Troca de informação                  | Maior troca de informação   | C_MAI        |
|                          | Troca de informação                  | Troca de informação para ajudar                                       | C_TRO        |
|                          | Troca de informação                  | Qualquer coisa que possa afetar o outro é informado                   | C_QUA        |
|                          | Restrições de uso do poder           | Obtenção de vantagem – informação exclusiva                           | C_OBT        |
|                          | Restrições de uso do poder           | Sem imposição de poder pelo lado com maior poder de barganha          | C_SEM        |
|                          | Restrições de uso do poder           | Sem Exigências que possam ser prejudiciais                            | C_EXI        |
|                          | Resolução compartilhada de problemas | Igual responsabilidade para encontrar soluções                        | C_IGU        |
|                          | Resolução compartilhada de problemas | Problemas são tratados em conjunto                                    | C_PRO        |
|                          | Resolução compartilhada de problemas | Garantia de benefícios – responsabilidade conjunta                    | C_GAR        |

Fonte: elaborado pelos autores com base em Sambiase Lombardi (2009).

No quadro 4, são apresentados os totais de interações dos entrevistados por escala - cooperação, confiança, comprometimento e reciprocidade, cuja codificação “não” representa o oposto do comportamento previsto no questionário. O resultado da análise dos dados mostra que existem relações favoráveis e não favoráveis no que tange a cooperação, reciprocidade, comprometimento e confiança. No caso das interações de cooperação destaca-se a não resolução compartilhada dos problemas, codificada como C\_PRO não. Já nas interações de confiança chama a atenção que o sucesso coletivo apareça com o maior número de interações, porém, este item de forma negativa, aparece em quarto. Nas interações de comprometimento, a

parceria de negócios foi mais frequente, seguida da falta de parceria de negócios. Esse resultado pode ser o indicio da não realização da lógica de estímulo, resposta e reforço, encontradas na SET, a partir dos conceitos de recompensas, monetárias e/ou emocionais, que podem ser expressas pelos reconhecimentos e valorização (CROPANZANO; MITCHELL, 2005).

À luz da SET, nota-se que os entrevistados realizaram uma série de ações na expectativa de serem beneficiados ao longo do tempo, uma vez que as interações foram gratificantes (CROPANZANO; MITCHELL, 2005), ou seja, essas relações acarretaram vínculos de reciprocidade de benefícios (BLAU, 2017).

**Quadro 4:** Total de interações por constructo

| Cooperação           | Aparições        | Confiança              | Aparições        |
|----------------------|------------------|------------------------|------------------|
| C PRO não            | 22               | CO SUC                 | 42               |
| C PRO                | 15               | CO BEM                 | 37               |
| C GAR                | 11               | CO BEM não             | 24               |
| C MAI                | 11               | CO SUC não             | 15               |
| C TRO não            | 9                | CO DIR não             | 6                |
| C GAR não            | 7                | CO HON                 | 7                |
| C COM                | 6                | CO DIR                 | 3                |
| C QUA não            | 4                | CO TOM não             | 3                |
| C DIS                | 2                | CO TOM                 | 1                |
| C EXI não            | 2                | CO HON não             | 1                |
| C COM não            | 1                |                        |                  |
| C SEM                | 1                | <b>Comprometimento</b> | <b>Aparições</b> |
| C IGU                | 1                | COM PAR                | 76               |
|                      |                  | COM PAR não            | 44               |
| <b>Reciprocidade</b> | <b>Aparições</b> | COM INV                | 4                |
| REC TRA              | 4                | COM ORG                | 2                |
| REC MUT              | 4                | COM COM                | 4                |
| REC MUT não          | 1                | COM COM não            | 2                |
|                      |                  | COM LON                | 2                |
|                      |                  | COM INV não            | 1                |
|                      |                  | COM SAC                | 1                |

Fonte: elaborado pelo autor (2021).

Porém, frente às incertezas, as relações foram sendo impactadas por estímulos negativos, que envolveram desde o término do investimento por parte de instituições de apoio, mudanças governamentais, mudança do direcionamento estratégico por parte do dono do terreno, oportunismo de concorrentes e, para finalizar, a pandemia causada pelo vírus Covid-19. Pela ótica da SET, esses estímulos negativos, no sentido da não retribuição dos benefícios, enfraqueceram as relações. Frente a isso, surgiram situações conflituosas e a dinâmica do poder foi utilizada (MORGAN; DORAN; MORGAN, 2018), por parte de algumas instituições de apoio. E isso pode ter ocorrido pelo fato dos agentes sociais não perceberem o exercício de poder pela outra parte, ou por não terem condições de avaliar os interesses de terceiros, ou por absoluta falta de alternativa. Como os comportamentos individuais são influenciados pela estrutura de poder, vista nas trocas sociais, como a dependência de um indivíduo para com o outro, a confiança e o comprometimento foram afetados (MOLM, 1990).

Com base em Cook e Emerson (1978), pode-se dizer que como não estavam sendo tratadas questões de equidade, o uso do poder não foi restringido, e como não ocorreu o comprometimento interpessoal emergente, o uso do poder não foi impedido. Os efeitos destes comportamentos fizeram com que reações não favoráveis fossem aplicadas, como, por exemplo, a indiferença, a rebeldia e a adoção de práticas individualistas. De acordo com a SET, os comportamentos negativos são obtidos a partir da ausência de retorno das trocas entre os indivíduos, afetando a reciprocidade (CROPANZANO; MITCHELL, 2005).

Isso fica evidenciado nos resultados desta pesquisa que também apontam para a resolução de forma individualizada dos problemas, não compartilhamento das informações e a

não aplicação da flexibilidade, caracterizando relações não moldadas pela cooperação. Os elementos cooperação (SAMBIASE LOMBARDI, 2009), comprometimento, confiança, reciprocidade (CARNEIRO, 2019), fazem parte dos pressupostos da SET (BLAU, 2017; THIBAUT; KELLEY, 2017), também são sugeridos pela VBSC (HARDESTY et al., 2014). A noção de valor nesse tipo de cadeia é obtida de forma colaborativa e tem como objetivo principal o pagamento de margens adequadas para os agentes da cadeia, principalmente para os agricultores (STEVENSON; PIROG, 2008).

Para que o agricultor consiga produzir um alimento orgânico com qualidade, existe um processo de produção custoso, principalmente quando envolve a certificação e falta de planejamento (NEVES, 2005). Este cenário faz parte da realidade dos agricultores da cadeia de valor de alimentos orgânicos da AAZL, que por não possuírem recursos para a obtenção da certificação por auditoria, optaram pela certificação através do OCS, que de acordo com a lei só permite a prática da CCC (LAMINE; DAROLT; BRANDENBURG, 2012). Este tipo de prática caracterizada pela proximidade entre quem planta com quem consome, favorece o compartilhamento direto de informações (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Ormond et al. (2002) e Neves (2005) concordam que o principal valor que os alimentos orgânicos possuem está relacionado à confiança das informações disponibilizadas para o consumidor, tais como a forma de plantio, qualidade nutricional, ausência de agrotóxicos, entre outros.

Ora, se na cadeia de valor de alimentos orgânicos da AAZL as relações não são baseadas na equidade de poder, comunicação transparente e o objetivo das interações não é baseado na longevidade das relações, tais agricultores não sentem o reforço positivo de suas ações por não se sentirem valorizados e recompensados diante dos demais agentes da cadeia. Conclui-se que a cadeia de valor de alimentos orgânicos da AAZL não pode ser considerada uma VBSC, que contempla relações baseadas na transparência, ética, propósito, equidade de poder, confiança e comunicação aberta (STEVENSON; PIROG, 2008). A VBSC passa a ser uma alternativa de modelo de sistema alimentar que pode ser adotada pela AAZL para a obtenção de valor de forma colaborativa através das relações positivas contínuas.

Para Granovetter (1985), os mercados podem ser explicados pela estrutura social e as contínuas interações dos indivíduos desta estrutura, que por sua vez, criam oportunidades comerciais. Esta colocação, com base nos pressupostos da SET, pode caracterizar relações voltadas para a confiança, comprometimento e cooperação onde todos os indivíduos da cadeia podem ser valorizados. Por outro lado, as relações pautadas na desconfiança e incerteza, impulsionam o aparecimento de comportamentos oportunistas e trazem consequências para a estrutura social. Neste caso, os agricultores tendem a sofrer os piores resultados porque estão isolados com uma produção, em dificuldade para exercer as práticas de mercados que se dão por meio das interações (GRANOVETTER, 1985). Por fim, para a expansão do mercado de alimentos orgânicos é necessário ter um olhar além da legislação e programas de apoio que institucionalizam a agroecologia e agricultura familiar, mesmo considerando importantes agentes deste mercado.

Pela perspectiva sociológica, as relações entre instituições de apoio tendem a ser caracterizadas como laços fracos, uma vez que é uma estrutura intermediária (KAUFMAN, 2012); no entanto, Granovetter (1983) reforça que estes são importantes para a aquisição de conhecimento, já que os indivíduos envolvidos se relacionam com diferentes pessoas e, provavelmente, têm contato com uma série de informações e recursos que outros indivíduos não teriam acesso se não fosse através de tais relações. Kaufman (2012) destaca que a partir das conexões com grupos distintos, ocorre a ruptura da configuração dos “clusters” e entra em cena a configuração de rede social. Por outro lado, a força dos laços fortes possibilita que as informações e recursos sejam compartilhados ou trocados entre os indivíduos que confiam uns nos outros e apresentam uma dinâmica relacional que não vai além do núcleo (KAUFMAN, 2012), gerando maior interação, reciprocidade e intimidade (GRANOVETTER, 1982).

Assim, a análise das conexões das estruturas sociais possibilitou a compreensão dos comportamentos sociais e impactos no nível do indivíduo e da cadeia de valor estudada (KNOKE; YANG, 2019), confirmando que os entrevistados estão diretamente conectados, ou não, e que a frequência de interações é variável entre os agentes, trazendo à tona relações favoráveis e desfavoráveis. Desta forma, pode-se dizer que não existe um processo contínuo das relações positivas, ou seja, não é realizada a lógica do estímulo, ação, reação e reforçamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo desta pesquisa foi possível trazer três níveis de contribuições à área de estudos. Como contribuição teórica, a abordagem da VBSC traz uma perspectiva organizacional que permite a criação de “formas de relacionamento e governança na rede”, onde o objetivo está na redistribuição de valor entre todos os agentes. Os pilares centrais da VBSC são construídos socialmente pelos agentes da rede e formam a sua base, iniciando pela qualidade de vida, saúde, sustentabilidade, localidade, transparência, democracia e equidade. Esta construção social compartilhada é chamada de “Inteligência territorial” que é produzida, possuída e compartilhada por atores locais, e através da qual o circuito de produção, distribuição e consumo é estabelecido (BERTI; MULLIGAN, 2016); também responsável por fomentar a reciprocidade entre os agentes (VAN DER PLOEG et al., 2012). Bandelj (2012), ao abordar a dinâmica “*relational work*”, reforça que a reciprocidade está atrelada às relações entre indivíduos que realizam interações sociais, onde a incerteza e a ambiguidade podem ser aumentadas se houverem desalinhamentos nas expectativas e interpretação por parte destes indivíduos. O autor ainda destaca que que a interação social é sobre “os relacionamentos que as pessoas têm umas com as outras, aqueles que eles formam, aqueles que eles negociam quando em conflito ou sob tensão, e aqueles que eles encerram” (BANDELJ, 2012, p. 177). Essa afirmação evidencia que os indivíduos não expressam apenas comportamentos positivos, ou seja, comportamentos negativos também são expressos e resultam em relações danosas.

Com base no exposto, este estudo traz um questionamento à literatura de VBSC, por esta tratar apenas da visão positiva das relações, não tratando interações negativas. Visto que os indivíduos se relacionam e constroem socialmente a VBSC, existe a necessidade da inclusão de uma visão sociológica para tratar dos comportamentos negativos e os seus impactos. Raud-Mattedi (2005, p. 75-76) ao analisar as considerações de Granovetter (1985) a respeito dos mercados sob a visão sociológica, destaca que “Granovetter, ao tratar dos mecanismos que asseguram o elemento confiança dos indivíduos na rede, explica que a “pouca frequência” dos comportamentos oportunistas nas redes é dado pelo medo da opinião alheia ou a influência das normas”. Ainda, a literatura de VBSCs aborda dois tipos de valores, um associado ao alimento e o outro ao relacionamento estratégico entre os indivíduos da cadeia, em que ganha destaque o elemento cooperação, a partir do “compromisso do bem-estar de todos os agentes da cadeia, lucros e salários justos, e, por fim, acordos comerciais de extensão adequada” (STEVENSON et al., 2011, p. 30). Ao tratar desses dois tipos de valores, nota-se a ausência de tratamento das motivações humanas para agir, traduzidas em valores pessoais, como explica a teoria de valores. De acordo com Schwartz (2005, 2006), os tipos motivacionais de valores humanos são universais, visto que os indivíduos e as sociedades precisam responder a requisitos existenciais: as necessidades dos indivíduos como organismos biológicos geram requisitos de ação social coordenada e necessidade de sobrevivência e bem-estar dos grupos. Assim, elucidar quais os valores servem de base para uma cadeia de valor justa e cooperativa para todos os seus membros, é possibilitar a ampliação de escopo de análise da VBSC.

A literatura de VBSC também não faz menção à teoria de Valores Culturais, desenvolvida por Schwartz e Ros (1995), onde “os valores a nível cultural são inerentes da

estrutura e o funcionamento das instituições sociais” (SCHWARTZ; ROS, 1995, p. 70). Neste sentido, os comportamentos humanos podem ser observados em diferentes contextos, evidenciando a importância do estudo de valores para o entendimento de uma cultura.

Fica a sugestão para ampliação da visão de VBSCs, incluindo valores pessoais, culturais e o tratamento de situações de conflito e de comportamentos não benéficos, como, por exemplo, o oportunismo. É necessário inserir os elementos do contexto de cada realidade estudada, levando em consideração as diferenças econômicas, sociais e culturais. Outros aspectos não tratados explicitamente pela literatura de VBSC são as estruturas e ações necessárias para seu funcionamento. De acordo com Fischer (2015b), em determinadas situações as VBSCs precisam recorrer a outras fontes de recursos para cobrir os custos adicionais. Frente a isso, faz-se necessário o entendimento de como a rede trata das dificuldades para cobrir os empréstimos, garantias, pressão das instituições financeiras e outros. Desta forma, sugere-se que esses pontos sejam considerados para que a abordagem teórica fique mais apropriada para a compreensão e transformação dos sistemas agroalimentares. Em estudo realizado por Farhangi et al. (2020) sobre a agricultura urbana em Amsterdã, um dos mais eficientes sistemas agrícolas do mundo, são apontadas três fases de transição para uma agricultura eficiente. Os três estágios são: (1) desarranjo do regime vigente; (2) processo de identificação de novas tecnologias; e (3) entrelaçamento de redes pontuais de atores e a criação de um novo regime sociotécnico. O caso em Amsterdã mostra que o desenvolvimento tecnológico e sua adaptação e adoção nas práticas de produção urbana de alimentos pode ser apoiado pela colaboração entre empresas, projetos de pesquisa colaborativa e parcerias público-privada, em que os autores são específicos em mostrar a relação destas estruturas e agência sociotécnica (FARHANGI et al., 2020). Estes autores julgam que os governos municipais na Holanda poderiam desempenhar um papel mais ativo na organização de experimentos em larga escala com projetos nas cidades, reunindo empresários, pesquisadores e usuários finais para avaliar os viabilidade econômica, assim como os impactos ambientais e sociais desses sistemas urbanos alternativos, percebe-se o quão distante encontra-se a viabilidade da metrópole de São Paulo.

Como contribuição social, voltando o olhar para o segmento de alimentos orgânicos urbanos na maior cidade do país, fica clara a dificuldade de planejamento e estruturação deste campo social. O paradoxo do poderio das *commodities* do agronegócio brasileiro e a fragilidade de abastecimento alimentar à população urbana é ressaltado quando se percebe que os entraves para esse mercado passam pela ausência de objetivos comuns e compartilhados, baixo comprometimento e falta de confiança, pelos e entre os agentes da cadeia de alimentos orgânicos da AAZL no estabelecimento de um sistema alimentar urbano produtivo. Com base nos resultados deste trabalho e na participação ativa do pesquisador e sua orientadora junto ao COMUSAN, fica destacada a ausência de uma política pública integrada e ampla que dê condições para o desenvolvimento da agricultura urbana em longo prazo sob o manejo agroecológico. Através de um documento elaborado por um grupo de trabalho formado por membros do COMUSAN, o qual a pesquisadora e a sua orientadora fizeram parte, foram inseridos apontamentos para avaliação do governo municipal, onde o objetivo principal é que eles sejam inseridos no programa de metas do prefeito do município de São Paulo 2021-2024. Esses apontamentos sugerem ações por parte do governo municipal que visam contribuir com a busca de soluções para alguns dos problemas enfrentados pelos agricultores urbanos sob o manejo agroecológico, são eles: os apontamentos vão desde a ausência de estrutura física, assessoria técnica e administrativa para apoiar as operações dos agricultores, falta de financiamentos para os projetos de capacitação, apoio a produção e certificação, dificuldades de escoamento da produção/logística, necessidade de aprimoramento dos programas voltados à compostagem de resíduos orgânicos de feiras e podas urbanas por meio do incremento da infraestrutura e logística, reformulação do Programa Hortas e Viveiros, entre outros. Além disso, considerando o contexto atual de crise sanitária e socioeconômica, causadas pela

pandemia do vírus Covid-19, é necessário que sejam realizadas ações em caráter emergencial e estrutural para minimização das dificuldades enfrentadas pelos agricultores.

Os incentivos criados pelo governo como PRONAF, PNAE, Lei de agricultura familiar, estrutura da OCS e outros não são suficientes se não estiverem integrados numa estrutura de apoio administrativo, jurídico, fiscal, financeiro e comercial. A tarefa principal do agricultor deve ser a da produção e manejo, cabendo à estrutura de apoio a condução das demais tarefas burocráticas. Neste sentido, as VBSCs, vistas como organizações intermediárias, com todos os seus diferenciais, passam a ser uma alternativa viável para os agricultores, uma vez que estas estruturas podem executar funções de logística, marketing, produtos/serviços, consultoria para os produtores, engajamento com a comunidade e práticas de redes (BERTI; MULLIGAN, 2016). Os autores Stevenson *et al.* (2011) reforçam que novos modelos de negócios, como a proposta da VBSC, são necessários para efetivamente conectar e apoiar os pequenos e médios agricultores, integrados às políticas públicas. Petit-Boix e Apul (2018) destacam a importância da coesão social, ou seja, a vontade das pessoas de cooperar umas com as outras.

Por fim, como contribuição metodológica, não foram encontrados estudos feitos no Brasil com uso da técnica Egonet para análise de redes sociais sob o método qualitativo, e nem para estudo do mercado de alimentos orgânicos e agricultura urbana. Assim, a contribuição metodológica deste trabalho está na utilização de dois métodos de análise de pesquisa qualitativa, o primeiro direcionado à análise de conteúdo, onde foi possível qualificar as interações, e o segundo baseado em redes sociais – Egonet, que possibilitou a classificação das relações. Um limitador na realização deste trabalho está atrelado ao período que ele foi realizado, momento de pandemia pelo vírus covid-19, o que inviabilizou um maior contato do pesquisador com o campo, fazendo com que a maior parte das entrevistas fosse realizada online. Para efeito de estudos futuros, faz-se necessária a continuação da pesquisa com outras redes de alimentação urbana para a compreensão do todo. Os pesquisadores poderão direcionar os seus esforços no levantamento de informações sobre a importância dos valores morais e culturais para os agricultores que podem ser avaliados para uma possível inserção na base teórica da VBSC.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, M. **Qualitative social network research for relational sociology**. In: The Australian Sociological Association 2009 Annual Conference. 2009.
- ANGEOLETTO, F.; DIONISIO, A. C. **Associação Ecovida de Certificação Participativa recebe auditoria para manutenção de credenciamento**. Centro Vianei de Educação Popular. 2012. Disponível em: [http://www.vianei.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=84:associacao-ecovida-de-certificacao-participativa-recebe-auditoria-para-manutencao-de-credenciamento](http://www.vianei.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=84:associacao-ecovida-de-certificacao-participativa-recebe-auditoria-para-manutencao-de-credenciamento). Acesso em: 15 mar. 2020.
- BANDELJ, N. Trabalho relacional e sociologia econômica. **Política e sociedade**, v. 40, 2012.
- BERTI, G.; MULLIGAN, C. Competitiveness of small farms and innovative food supply chains: The role of food hubs in creating sustainable regional and local food systems. **Sustainability**, v. 8, n. 7, p. 616, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BLAU, P. **Exchange and power in social life**. Routledge, 2017.
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm). Acesso em: 19 maio 2020.
- BUAINAIN, M. O.; BATALHA, A. M. (coord.) **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. v. 5. Brasília: IICA, MAPA, SPA, 2007.

CARNEIRO, E. O papel mediador da colaboração e do engajamento no efeito das trocas sociais na sustentabilidade da cadeia de fornecedores. 2019. **Tese de Doutorado em Administração – Universidade Nove de Julho**, São Paulo, 2019.

COMUSAN. **Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**. PMSP. 2021. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/participacao\\_social/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/participacao_social/). Acesso em: 15 de abr. 2021.

COOK, K. S.; EMERSON, R. M. Power, equity and commitment in exchange networks. **American Sociological Review**, p. 721-739, 1978.

CROPANZANO, R.; MITCHELL, M. S. Teoria da troca social: Uma revisão interdisciplinar. **Journal of management**, v. 31, n. 6, pág. 874-900, 2005.

CROPANZANO, R.; ANTHONY, E.L.; DANIELS, S.R.; HALL, A.V. Teoria da troca social: uma revisão crítica com remédios teóricos. **Academy of Management Annals**, v. 11/ 1, 2017.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

CUMMIN, R. A Personal Message from Ronnie Cummins. **Organic Consumers Association**, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.organicconsumers.org/blog/personal-message-ronnie-cummins-1#gsc.tab=0>. Acesso em: 12 jun. 2020.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. D. C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016.

DIAS, R. O impacto da pandemia no setor de orgânicos. **Globo Rural**, 14 jul. 2021. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Opiniaio/Vozes-do-Agro/noticia/2021/07/o-impacto-da-pandemia-no-setor-de-organicos.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.

EMBRAPA. **Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo**. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2464156/agricultura-familiar-e-a-difusa-conceituacao-do-termo>. Acesso em: 20 jul. 2021.

EMERSON, R.M. Social exchange theory. **Annual Review of Sociology**, v. 2/1, 1976.

ERMISCH, J.; GAMBETTA, D.; LAURIE, H.; SIEDLER, T.; UHRIG, S. C. N. Measuring people's trust. **Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)**, v. 172, n. 4, p. 749-769, 2009.

FARHANGI, M. H.; TURVANI, M. E.; VAN DER VALK, A.; CARSIJENS, G. J. High-tech urban agriculture in Amsterdam: An actor network analysis. **Sustainability**, v. 12/10, 2020.

FISCHER, M.; PIROG, R.; HAMM, M. W. Predictors of food hub financial viability. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, v. 10, n. 1, p. 100-114, 2015.

FU, S.; HAN, Z.; HUO, B. Relational enablers of information sharing: evidence from Chinese food supply chains. **Industrial Management & Data Systems**, v. 117, n. 5, p. 838-852, 2017.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties: A network theory revisited. **Sociol. Theory**, v. 1, p. 201-233, 1983.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, M. **The social construction of corruption: On capitalism**, v. 15, 2007.

HARDESTY, S.; FEENSTRA, G.; VISHNER, D.; LERMAN, T.; THILMANY-MCFADDEN, D.; BAUMAN, A.; GILLPATRICK, T.; RAINBOLT, G. N. Values-based supply chains: Supporting regional food and farms. **Economic Development Quarterly**, v. 28/1, 2014.

HEIDE, J. B.; MINER, A. S. The shadow of the future effects of anticipated interactions and frequency of contact on buyer-seller cooperation. **Academy of Management Journal**, v. 35, n. 2, p. 265-291, 1992.

HOMANS, G.C. The humanities and the social sciences. **American Behavioral Scientist**, v. 4, n. 8, p. 3-6, 1961.

HOOKS, T.; MACKEN-WALSH, A.; MCCARTHY, O.; POWER, C. The impact of a values-based supply chain (VBSC) on farm-level viability, sustainability and resilience: case study evidence. **Sustainability**, v. 9, n. 2, p. 267, 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Demanda crescente estimula a produção orgânica no Brasil e no mundo**. 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35326&catid=10&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35326&catid=10&Itemid=9)[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35326&catid=10&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35326&catid=10&Itemid=9). Acesso em: 12 jun. 2020.

JACKSON, W. A. On the social structure of markets. **Cambridge Journal of Economics**, v. 31, n. 2, p. 235-253, 2007.

KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. **Galaxia**, n. 23, p. 207-218, 2012.

KNOKE, D.; YANG, S. **Social network analysis**. Sage Publications, 2019.

LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDENBURG, A. The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**, v. 19, n. 3, p. 383-401, 2012.

LAMINE, C.; MARÉCHAL, G.; DAROLT, M. **Análise da transição ecológica de sistemas agroalimentares territoriais: Ensinamentos de uma comparação franco-brasileira**. 2016. Disponível: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01502432/>. Acesso em: 20 maio 2020.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar**. 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**. Brasília: MAPA/ACS, 2008a. Disponível em: [http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE\\_SOCIAL.pdf](http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE_SOCIAL.pdf). Acesso em: 18 mar. 2020.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mapa irá aumentar recursos destinados para capacitação de produtores orgânicos**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-ira-aumentar-recursos-para-capacitacao-de-produtores-organicos>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regularização da Produção Orgânica**. 2020b. Disponível em: <http://antigo.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>. Acesso em: 18 mar. 2020.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtores de orgânicos devem seguir recomendações para ter certificação de qualidade**. 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/age/plano-estrategico-do-mapa>. Acesso em: 18 mar. 2020.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MERRIAM, S. B. Introduction to Qualitative Research. In: MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis**. 1st ed. Jossey-Bass, 2002. p. 3-17.

MOLM, L. D. Structure, action, and outcomes: The dynamics of power in social exchange. **American Sociological Review**, p. 427-447, 1990.

MOLM, L. D.; TAKAHASHI, N.; PETERSON, G. Risk and trust in social exchange: An experimental test of a classical proposition. **American Journal of Sociology**, v. 105/5, 2000.

MORGAN, R.; DORAN, D.; MORGAN, S. J. Strong contracts: the relationship between power and action. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 38/1, 2018.

MOUGEOT, L.JA. **Agricultura urbana: definição, presença, potencialidades e riscos**. 2000.

NEVES, M. C. P. **Boas práticas agrícolas e a produção orgânica de frutas, legumes e verduras**. Seropédica: Embrapa, 2005.

ORGANIS. Alta na procura por alimentos orgânicos. Moda, necessidade ou consciência? **Organis**, 2021. Disponível em: <https://organis.org.br/imprensa/alta-na-procura-por-alimentos-organicos-moda-necessidade-ou-consciencia/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L.; FAVERET FILHO, P.; ROCHA, L. T. M. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, 2002. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2479>. Acesso em: 26 abr. 2019.

PETIT-BOIX, A.; APUL, D. Da cascata ao modelo de serviços ecossistêmicos de baixo para cima: como a coesão social emerge da agricultura urbana? **Sustentabilidade**, v. 10, n. 4, 2018.

PLOEG, J. D. V. D.; RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 529-543, 2000.

RAUD-MATTEDI, C. H. J. Artigo: Análise crítica da Sociologia Econômica de Marx Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 59-82, 2005.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.

ROESSING, A. C. **Cadeias produtivas: roteiro para estudo de sistemas agroalimentares**. Londrina: Embrapa Soja, 2002.

ROS, M.; SCHWARTZ, S. H. Jerarquía de valores en países de la Europa Occidental: Una comparación transcultural. **Reis**, p. 69-88, 1995.

SAMBIASE LOMBARDI, M. F. **A Cooperação nas Relações Interorganizacionais sob a Perspectiva da Incerteza Knightiana e da Teoria de Valores Básicos**. 2009. Tese Programa de Pós Graduação em Administração. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

SAMPA+RURAL. **Sobre a Sampa+Rural**. 2021. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/sobre>. Acesso em: 29 maio 2021.

SCHWARTZ, M. S. Valores morais universais para códigos de ética corporativos. **Journal of Business Ethics**, v. 59, n. 1, p. 27-44, 2005.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cooperativa de orgânicos aumenta faturamento durante a crise do Coronavírus**. 2020. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/cooperativa-de-organicos-aumenta-faturamento-durante-a-crise-do-coronavirus>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2020. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 29 jun. 2020.

STEVENSON, G. W.; PIROG, R. Values-based supply chains: Strategies for agrifood enterprises of the middle. *In*: LYSON, T. A.; STEVENSON, G. W.; WELSH, R. (Eds.) **Food and the mid-level farm: Renewing an agriculture of the middle**. The MIT Press, 2008.

STEVENSON, W.; CLANCY, K.; KING, R.; LEV, L.; OSTROM, M.; SMITH, S. Midscale food value chains: an introduction. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 1, n. 4, p. 27-34, 2011.

THIBAUT, J. W.; KELLEY, H. H. **The social psychology of groups**. Routledge, 2017.

TRIENEKENS, J. H. Agricultural value chains in developing countries a framework for analysis. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 14, n. 2, 2011.

VAN DER PLOEG, J. D.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: Comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 133-173, 2012.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.